



Memórias da organização docente: a Sociedade Unificadora de Professores Primários¹

Alcides Leão Santos Júnior²

INTRODUÇÃO

O universo de tensões que se instaura no cotidiano de uma sociedade permite aos sujeitos encontrarem seu lugar no cosmos. Esse dinamismo incentiva práticas de inserção dos indivíduos para conviverem e co-habitarem em espaços comuns. Em tais espaços, o binômio Sociedade e Educação reveste-se de relações multirreferenciais e nos conduz a refletir que as vozes silenciadas dos sujeitos sociais, calados pela História em um determinado tempo histórico, podem ser memoradas e expressas no tempo presente.

Avaliando que todo conhecimento histórico nasce da ebulição de compreensão do momento tempo-espaço, a memória passa a ser resultante do processo, da tentativa de responder às questões que demandam uma nova forma de compreensão e apreensão de um espaço-tempo histórico vivido. Para Bosi (2003), a memória é “[...] parte do presente, de um

¹ Artigo elaborado a partir de SANTOS JÚNIOR, 2006 (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFRN).

² Pedagogo, Mestre em Ciências Sociais (UFRN), membro do Grupo de Estudo e Pesquisa do Pensamento Complexo (UERN) Pesquisador da Base de Pesquisa: Cultura, Política e Educação. Linha de Pesquisa: Sociedade, Dinâmicas Culturais e Memória, e professor de fundamentos da Educação, da Faculdade de Enfermagem, do Campus Avançado do Seridó, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: alcidesleao@uern.br

presente ávido pelo passado, cuja percepção é a apropriação veemente do que nós sabemos que não pertence mais”. (BOSI, 2003, p. 20).

Nessa perspectiva, a memória é uma apropriação singular que ocorre em um momento de intuição do passado presente, de forma não-linear. Essa afirmação nos leva a compreender que o passado não é homogêneo, porque o presente promove a re-ligação entre os fatos e acontecimentos distanciados pelo tempo. Com esse direcionamento, a metodologia deste trabalho privilegiou o cruzamento de olhares, de interpretações e de subjetividades que resultará na construção de uma escrita polifônica, que também consistirá da interação entre o pesquisador e os sujeitos.

As Professoras Lúcia Barreto de Almeida Souza, Luzia Martins de Souza, Esmeralda Maria de Aragão, Claudemira Ribeiro de Moura e Clarice Fortuna apresentam-se como representantes do Movimento das Professoras Primárias que relataram, através de informações verbais, suas trajetórias e o itinerário do movimento da categoria. Vale lembrar que, as informações e os depoimentos são creditados aos informantes através de autorização escrita.

O MOVIMENTO DAS PROFESSORAS PRIMÁRIAS NA BAHIA

Buscando as raízes da gênese da Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP), partimos em busca das condições sociais, políticas, econômicas e educacionais que viabilizaram o surgimento do movimento das professoras primárias, delimitado o intervalo temporal compreendido entre os anos de 1947 a 1951. Neste período, os ideais democráticos polarizavam os espaços sociais e lançavam questões que evidenciavam a (re)configuração da ordem mundial provocada pelo final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

No contexto da “guerra fria”, o Brasil se une com os Estados Unidos da América, líder do bloco capitalista que se contrapunha à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas a qual liderava o bloco socialista. Vale à pena observar que, no interregno 1946 – 1964, quando

ocorre o golpe civil-militar, o país alcança significativos avanços democráticos, apesar de todas as crises políticas.

Na Bahia, o Governador do Estado, Octávio Mangabeira (1947 – 1951), desenvolve políticas que tentavam ajustar o Estado ao nível de desenvolvimento que se encontrava a região Centro-Sul brasileira.

Nas ações implementadas pelo Governador Mangabeira, merecem destaque as da Secretária Estadual de Educação e Saúde, que teve como secretário o educador Anísio Spinola Teixeira. A associação entre desenvolvimento social, política e educação marcou essa gestão caracterizada pela ampliação da oferta de matrículas e do número de unidades de ensino (primário e secundário); o (re)aparelhamento dessas unidades e o aumento no quadro permanente de docentes.

Ocorre que, apesar de todo esse impulso desenvolvimentista, vivia-se, no país, uma crise inflacionária que proporcionava o aumento desregulado dos preços e, conseqüentemente, um desarranjo orçamentário na vida dos brasileiros e de qualquer trabalhador e, principalmente, dos assalariados. Sem poder de barganha com o Estado, os funcionários públicos vêem seus vencimentos perdendo poder de compra. Dessa forma, proceder à criação de associações para dar voz ativa às categorias de trabalhadores foi o caminho encontrado pelos sujeitos sociais, como é o caso das professoras primárias diante das necessidades definidas pelos respectivos grupos sociais de pertencimento.

Essas associações representam o conjunto de ações coletivas, dirigidas tanto à reivindicação por melhores condições de trabalho e de vida, quanto à transformação das condições econômicas e sociais da categoria. Nesse momento histórico, elas poderiam ser operadas tanto no setor público, quanto no privado.

Os movimentos reivindicatórios dos funcionários públicos têm variantes diferentes das dos funcionários do setor privado, embora compreendidos como respostas a estímulos tanto internos quanto externos. No caso dos funcionários públicos, a história de um movimento pode ser encontrada não só na fragmentação social, mas também no teor dos temas políticos, das ações desenvolvidas pelo Estado para seus funcionários, muitas vezes, um fato é capaz de desencadear uma mobilização. De acordo com Vale (2001),

diferentemente dos sindicatos dos operários, os dos professores constituem-se enquanto de composição não-operária, fato que vem acarretar conseqüências diferenciadas no modo de condução das ações e reivindicações expressas no seu relacionamento com o Estado. (VALE, 2001, p. 240).

Nessa perspectiva, em setembro de 1947, na cidade de Salvador, vamos encontrar a Professora Lúcia Martins de Souza que resolveu tomar uma atitude após ler

[...] publicado no Diário Oficial que as zeladoras das escolas iriam passar a ganhar mais que as professoras. Essa foi a gota d'água. Lá na Escola Maria Quitéria tinha uma zeladora que morava na Escola. Tinha água, luz e a casa. Tudo! E ia passar a ganhar mais que uma professora. Essa aí passou do limite. (Informação verbal).

Após a leitura da Portaria publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia, de 21 de setembro de 1947, que nivelou os vencimentos das professoras primárias aos dos auxiliares de portaria (zeladores e faxineiros), a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza acrescenta:

Naquele tempo, vinte e um de setembro era feriado eu passei em casa maquinando. Eu disse: se eu fundasse uma Sociedade para defender o professorado, porque isso é um absurdo. Eu pensei, pensei e idealizei todo o esquema na cabeça. (Informação verbal).

É uma prática comum nos espaços escolares, antes do início das aulas, os professores se reunirem para conversas sobre os mais variados assuntos. No dia 22 de setembro, a professora Lúcia Barreto de Almeida Souza, munida do Diário Oficial do Estado da Bahia (D.O.E. BA.), comunica aos colegas da Escola Maria Quitéria, situada no bairro de Brotas, em Salvador/BA, o teor do decreto do governador Octávio Mangabeira, que nivela os vencimentos dos professores primários aos dos auxiliares de portaria.

A Professora Esmeralda Maria de Aragão comenta que

Lúcia chegou à Escola revoltada de ter lido no Diário Oficial que os salários dos faxineiros eram iguais aos dos professores. Então ela se sentiu humilhada. Como é que um faxineiro – não que um faxineiro não tivesse é... Não pudesse receber um salário bom. Mas que não podia ser equivalente ao de um professor. Desde quando o professor tinha uma formação e tinha uma

responsabilidade; o problema da responsabilidade social do professor. (Informação verbal).

Tal fato levou a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza a articular-se para o que seria o segundo passo, do que já havia planejado, ou seja, a criação de uma instituição que zelasse pelos interesses dos professores primários. Tratando dessa questão, é possível descrever esse momento como sendo uma articulação de uma categoria profissional contra a ação do Estado da Bahia que desvalorizava o trabalho dos professores.

Na segunda parte das ações da Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza estava prevista a articulação com um grupo pequeno de professores, para depois socializar com os demais professores da Unidade Escolar. Ela deixa evidente que “[...] no dia vinte e dois de setembro eu fui para a escola já com a cabeça quente e fui primeiro a Luzia Martins de Souza porque eu vi que, na Escola toda, era a única capaz de levantar problemas”. (Informação verbal). Sobre esse encontro, a Professora Luzia Martins de Souza rememora: “[...] o Movimento era aquela questão do salário nosso ser igual ao dos serventes da escola. A idéia foi de Lúcia. Ela foi sempre muito ativa, muito competente, estudiosa”. (Informação verbal).

Podemos observar que a SUPP nasceu de uma inquietação pessoal e passou a fazer parte de uma ação coletiva. O discurso era que a hierarquia dos professores primários sobre os auxiliares de portaria estava sendo rompida. Dessa forma, a professora Lúcia Barreto de Almeida Souza começou a organizar a implementação do movimento iniciado pelo convencimento dos colegas mais próximos da Escola Maria Quitéria.

A inserção dos professores em movimentos docentes, na luta pela valorização profissional, favorece a reconstrução da sua práxis social e pedagógica. Gohn (2005) chama atenção para a caracterização de ações de interesse coletivo em movimentos sociais. Salienta ainda que há necessidade de respeitar as singularidades dos fenômenos ao se manifestarem e que a questão das classes sociais não deve ser o único critério que identifique ou classifique os movimentos sociais. Um movimento docente “construído a partir da origem social da instituição que apóia ou abriga seus mandatários” (GOHN, 2005, p. 268) e busca

seus direitos, sua cidadania e sua identidade coletiva pode ser entendido como movimento social.

Nessas condições, o professor, descrito como um profissional que tem um papel político a desempenhar, consegue estabelecer relações, no seu “fazer”, entre o espaço escolar e a sociedade. Portanto, um conflito entre a categoria docente e o Estado deixaria de ser ignorado ou reprimido e passaria a fazer parte de uma negociação, tendo em vista que o maior prejuízo, em um possível confronto de forças, seria para a população atendida pela rede pública de ensino.

O terceiro passo dado pela Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza, agora contando com o apoio da colega Luzia Martins de Souza, seria trazer, para dentro da Escola Estadual Maria Quitéria, adeptos do movimento. Essas ações, segundo a Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza, foram realizadas da seguinte forma:

[...] nós fomos dizendo aos poucos aos colegas que a gente sabia que eram entusiastas. Começamos a nos organizar. Algumas colegas que eram mais, assim, medrosas e tudo só vieram saber depois do movimento adiantado. Teve até uma colega que ficou enciumada. Mas, o fato era que ela iria desanimar os demais. Ela é uma boa pessoa. Mas o fato é que ela é desanimada! Não iria contar uma coisa dessas a uma pessoa desanimada! De jeito nenhum! (Informação verbal).

É comum, quando ocorrem políticas de desvalorização salarial, os trabalhadores se organizarem e se mobilizarem na luta por melhores remunerações e condições efetivas de trabalho. Organizados podem, também, lutar por melhores condições de trabalho. No caso dos profissionais em educação, eles reivindicam, ainda, valorização da educação, enfim, qualidade da escola pública. Para a Professora Esmeralda Maria de Aragão, o movimento também objetivava

[...] mostrar para a sociedade que o professor não tinha um respeito no seu trabalho e na sua profissão. Então, nós queríamos respeito à profissão e em consequência remuneração adequada. O movimento foi pela dignidade e condições de trabalho. (Informação verbal).

Através dessas premissas, sustentamos o pressuposto de que as motivações para atendimento a uma valorização profissional, foram fatores fundamentais para a eclosão do Movimento das Professoras Primárias, em Salvador/BA, no período de 1947 a 1951.

Um movimento social surge para responder a um, ou a vários problemas. Objetivando estabelecer formas de organização, Lúcia Barreto de Almeida Souza, a idealizadora, escrevia as diretrizes do que viria a ser a SUPP, e, assim, idealizava o que seriam os objetivos da SUPP:

[...] não só unir o professor como reivindicar o que tinha direito e também para melhorar o nível intelectual do professor. Meu interesse não era só econômico; era para que o professor fosse respeitado, fosse levado em consideração porque eu não admitia tanta desconsideração, tanto desrespeito em relação para conosco. Então nós fizemos isso. Depois de muito sofrimento a gente termina tomando coragem. Nos organizamos e dizemos vamos fazer uma carta convidando as Diretoras das Escolas, aqui de Salvador, para uma reunião e dizendo quais as intenções da reunião. Levantando o professorado para se unir e fundarmos uma Sociedade. (Informação verbal).

Entre as metas e estratégias para a criação da SUPP, elaboradas pelas Professoras Lúcia Barreto de Almeida Souza e Luzia Martins de Souza, estava a convocação de outras unidades escolares para o movimento. Sobre esse momento, a Professora Esmeralda Maria de Aragão relata:

Fez-se uma reunião, uma assembléia na escola, depois da escola se convocou outras Assembléias fora da escola em outros prédios escolares e nós fomos levando a idéia de fundar uma sociedade que culminasse e trabalhasse pela melhor remuneração, não só a remuneração. (Informação verbal).

O primeiro passo a ser seguido, para a organização desse convite de adesão seria a identificação das unidades escolares existentes na capital baiana. Entre as professoras da Escola Maria Quitéria, as tarefas para conseguir adeptos foram divididas. A Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza revela:

[...] eu me incubi de preparar a tipografia [...] De imprimir a carta. Fui até a Secretaria de Educação buscar nome das escolas, endereços das escolas de todas as escolas públicas daqui, pedindo para que elas dessem uma palavra de apoio. Um exercício de apoio. Começamos a explicar o porquê da adesão. (Informação verbal).

Além da “Carta de Adesão”, outras formas de contatos com o professorado da Rede Estadual de Ensino, na cidade de Salvador, foram estabelecidas. Segundo a Professora Luzia Martins de Souza, as mais comuns foram os avisos.

O Movimento se fez no boca a boca pelas escolas, recados até telefone naquela época nem todo mundo tinha telefone. Então era recado e de uma reunião marcava outra e as pessoas estavam lá interessadas para participar de tudo. Cartas para o interior e sempre tínhamos uma ajudinha gratuita de Jornal, de Revista. Torres Dias sempre dava uma ajudazinha. Um outro funcionário do Jornal “A TARDE”, de vez em quando dava uma colher de chá para a gente e quando tinha os Movimentos mesmos que chamavam atenção eles publicavam como matéria de reportagem. (Informação verbal).

Os problemas iniciais das professoras estavam relacionados à ordem financeira. Para a confecção das “Cartas de Adesão” era necessário haver recursos financeiros. Ao expor essa situação, as colegas da Escola Estadual Maria Quitéria cotizavam-se para as primeiras quinhentas “Cartas de Adesão” que, logo depois de impressas, foram distribuídas nas unidades escolares da capital baiana. A Professora Esmeralda Maria de Aragão comenta:

O contato com professores foi feito através de manifesto. O manifesto foi feito por Lúcia. As inteligências da SUPP eram Lúcia e Luzia. Elas redigiram e conseguiram as impressões grátis e distribuíram. A gente saía e distribuía nas Escolas para arregimentar o professorado. Essa foi nossa atuação e tivemos também, assim, sedes provisórias: a Escola de Eletromecânica foi uma das nossas sedes provisórias e lá foi que nós passamos a nos reunir com mais frequência. Para recolher o dinheirinho. O dinheiro que recolhia era para fazer as comunicações, era para pagar o correio, as cartas que mandávamos para a sede. Foi assim que começou. (Informação verbal).

O Movimento iniciado pelas Professoras Luzia Martins de Souza e Lúcia Barreto de Almeida Souza ganhou a adesão de Abelita Gomes da Paixão, Irene Falcão, Isabel Falcão, Antonieta Leite, Ester Castro Silva Reis, Zilda Carvalho e Oneida Mendonça de Paula. Esse grupo assume agora a linha de frente do Movimento e, levantando o quadro de professores da Rede Estadual de Ensino, promove a difusão da necessidade da categoria se organizar, tendo como ápice a rejeição à Portaria assinada pelo Governador Octávio Mangabeira (1947 – 1951).

Superadas as primeiras dificuldades, o Movimento conta agora com a adesão de um grupo maior de professoras, pois a idéia de criação da Sociedade parece que vai adquirindo maior consistência. Após a identificação dos professores da Rede Estadual de Ensino, o envio

das “Cartas de Adesão” e de visitas às unidades escolares, era necessário um encontro com todos os professores.

Em 19 de outubro de 1947, acontece na Escola Estadual Góes Calmon a primeira assembléia, sendo presidida pela Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza. Da pauta constam o repúdio à Portaria publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia, em 21 de setembro de 1947; a eleição de uma diretoria; e a necessidade de união dos professores primários da capital e do interior. A Professora Lúcia Barreto de Almeida Souza tece o seguinte comentário a respeito da Diretoria Provisória:

Eu fiquei como secretária; Luzia, como presidente provisória; Abelita também ficou como secretária, segunda secretária, de modo que se deu uma diretoria provisória. [...] Eu fiquei na secretaria porque sempre que tinha uma reunião eu ia para a casa de Luzia e já levava a agenda pronta: “olha Luzia nós precisamos ver isso”. Eu já levava tudo pronto. Na verdade ela só aparecia e eu ficava por trás. Falar a verdade não é pecado, não é? Quem dava as diretrizes era eu. Ela tinha mais hábito de falar. Ela tinha um temperamento diferente do meu. Ela era expansiva. Então ela teve muitas condições de levar para frente e eu era muito tímida. [...]. Então eu indicava os caminhos a ela e ia pensando [...]. (Informação verbal).

As primeiras ações da diretoria provisória seriam uma audiência com o Secretário de Educação, Anísio Teixeira, e o agendamento de uma nova assembléia. O primeiro encontro foi pautado pela cordialidade, tendo, inclusive, o Secretário de Educação demonstrado solidariedade com o Movimento, prometendo ajudá-las.

A segunda assembléia ocorreu no dia 30 de outubro de 1947; aconteceu na Escola Estadual Úrsula Catarino, com o objetivo de formar uma comissão para a elaboração do Estatuto da SUPP. Essa comissão era composta pelas Professoras Luzia Martins de Souza, Lúcia Barreto de Almeida Souza, Isaura Dulce da Rocha, Herondina Boaventura e Deolinda da Silva Lemos.

A segunda assembléia discutiu, também, o Capítulo da Constituição Estadual de 1947, referente à Educação³, escrito pelo Secretário de Educação, Anísio Teixeira, que havia sido rejeitado pelos Constituintes Baianos. Ainda nesta pauta, é colocado em votação o nome da

³ Especificamente sobre a Criação do Conselho Estadual de Educação que absorveria a Secretaria Estadual de Educação e teria plenos poderes para administrar o sistema educacional baiano.

Sociedade. Durante essa escolha, foram sugeridos também outros nomes para a organização das professoras primárias baianas: Ordem dos Professores Públicos Primários e Movimento Unificador dos Professores, sendo eleito Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP), e o lema: “Labor Omnia Vincit” (O Trabalho Tudo Vence).

As escolhas acontecem a partir de um olhar que reflete sonhos; que, ao serem tecidos em conjunto, realizam-se com maior rapidez. O sonho de ter uma sociedade que representasse o professorado primário baiano, agora com dois meses, teria sua origem oficializada. A Professora Luzia Martins de Souza comenta sobre o período em que esteve à frente da Comissão Provisória:

Foi nessa Comissão Provisória que me colocaram como Presidente, já dentro da Maria Quitéria porque foi lá que surgiu o Movimento. Todas que trabalhavam lá: Lúcia, Esmeralda, Abelita, Euselina, Irene Falcão, Isabel, Gertrudes e outras. Todas eram da Maria Quitéria, do primeiro e segundo turno porque lá funcionava o matutino e o vespertino. Conversávamos no gabinete da Diretora porque ela estava de acordo. Então, eu fiquei como Presidente da Comissão Provisória quando fomos para fundar a Associação de caráter sindical. Sendo liderado por mim decidimos estabelecer a Instituição. Para que ela tivesse vida própria, a primeira coisa seria fazer o Estatuto e depois dele pronto houve a eleição: fui eleita a primeira Presidente. (Informação verbal).

Em 30 de novembro de 1947, na assembléia realizada na Escola Estadual Úrsula Catarino, é aprovado o Estatuto e eleita a sua primeira diretoria.

O Movimento não conseguiu a revisão, por parte do governador Octávio Mangabeira (1947 – 1951), no nivelamento salarial entre professores primários e auxiliares de portaria, o que não enfraqueceu o entusiasmo das professoras primárias. Mesmo porque, paulatinamente, as ações da SUPP vão promovendo a aproximação entre os professores primários, de quase todo o Estado da Bahia e estimulando-os a (re)pensar suas práticas através de Congressos e Cursos de Atualizações Pedagógicas. Conseqüentemente, as experiências com a Sociedade vão conduzindo os professores primários a mobilizações mais intensas e demonstrando seu caráter social.

CONSIDERAÇÕES

A construção de uma história operada pela memória traduz-se numa narrativa na qual o olhar histórico passa sobre os anos, através de uma descontinuidade cronológica dos acontecimentos vividos pelos sujeitos sociais, e pela consciência. O resultado desse processo constatou que os fatores que estimularam a mobilização das professoras primárias, em Salvador, foi uma das motivações pela valorização profissional e que, ao mesmo tempo, promoveu a aproximação dos professores primários, da Rede Pública de Ensino do Estado da Bahia.

A SUPP passa a ser reconhecida como de Utilidade Pública, pela Lei Estadual nº 327, de 27 de outubro de 1950, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia, em 1º de novembro de 1950. A Sociedade Unificadora de Professores Primários do Estado da Bahia (SUPPE) passa a ser parte integrante da Confederação de Professores Primários do Brasil (CPPB) nos anos de 1960. Assim, a SUPP passa a fazer parte do cotidiano dos professores primários baianos não só na representação junto à sociedade civil e ao Governo baiano, mas como um espaço de luta por um ideal de vida, um ideal de uma categoria.

Em suma, acreditamos que as professoras primárias através de suas lutas e de suas conquistas, tanto no âmbito pedagógico quanto no político, ultrapassaram os interesses da categoria e integraram-se aos anseios da sociedade civil, e que não só se organizaram em movimentos, mas passaram a mediar as relações sociais cotidianas das suas condições de vida e de trabalho.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Lei nº 55, de 26 de setembro de 1947 (Orçamento), Tabela explicativa do pessoal permanente lotado na Secretaria de Educação e Saúde. In. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Legislativo, Salvador/BA, 14 de janeiro de 1948, Seção Atos do Poder Legislativo, p. 1943 – 1950.

_____. Lei nº 327, de 27 de outubro de 1950. Considera de utilidade pública a Sociedade Unificadora de Professores Primários. In. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador/BA, 1 de novembro de 1950, Seção Atos do Poder Legislativo, p. 2337.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção questões da Nossa Época, v. 5).

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4 Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 2004.

SAMPAIO, Nelson de Sousa. O governo Otávio Mangabeira. In. ARINOS, Afonso (Org.). **Um praticante da democracia: Otávio Mangabeira**. Salvador/BA: Publicação do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, 1980.

SANTOS JÚNIOR, Alcides Leão. **Mulheres professoras: memórias da organização docente**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras Artes. Departamento de Ciências Sociais – Natal, RN, 2006.

SUPP, **Livros de Posses da. Termo de posse dos membros da Diretoria da Sociedade Unificadora de Professores Primários**. Realizada a 14 de dezembro de 1947. Salvador/BA.

_____. Livro de Atas da: **Ata da I Semana do professor primário**. Realizada na cidade do Salvador, de 20 a 26 de julho de 1950. Salvador/BA, p. 06 – 14.

VALE, Ana Maria do. A influência da pedagogia freirana na formação sindical docente, In. TORRES, Carlos Alberto (Org.): **Paulo Freire e a agenda da educação Latino-Americana no século XXI**. Buenos Aires: CLACSO e ASDI, 2001.